



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Autoriza o repasse de recursos financeiros de investimento destinados à aquisição de equipamentos para exame de tomografia computadorizada para fortalecimento das ações assistenciais de saúde do estado de Minas Gerais, no âmbito da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;



- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;
- a Portaria de Consolidação nº 01, de 28 setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 764, de 30 de abril de 2019, que aprova o Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado e Municípios de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde – FES nos termos do Decreto Estadual nº 45.468/2010;
- a Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020, que define as regras do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais, institui as Reuniões Temáticas de Acompanhamento e dá outras providências;



- a Resolução SES/MG nº 7.223, de 16 de setembro de 2020, que institui a Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, estabelece os seus módulos e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, que estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Valor em Saúde, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas;
- a Resolução SES/MG nº 7.518, de 19 de maio de 2021, que estabelece as diretrizes de alocação de incentivo financeiro do módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas nos hospitais de relevância microrregional e macrorregional, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.214/2020;
- a Resolução SES/MG nº 7.614, de 21 de julho de 2021, que altera artigo 3º e Anexos II, III e IV da Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, que estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Valor em Saúde, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas;
- a Resolução SES/MG nº 7.650, de 12 de agosto de 2021, que altera a Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, que estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Valor em Saúde, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas;
- a Resolução SES/MG nº 7.715, de 17 de setembro de 2021, que altera a Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, que estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Valor em Saúde, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas e dá outras providências sobre a alocação de incentivo financeiro Estadual nos hospitais de relevância Estadual do Módulo Valor em Saúde, da referida política estadual, e dá outras providências;
- considerando que o tomógrafo computadorizado é um equipamento de diagnóstico por imagem, não invasivo, baseado na tecnologia de radiação ionizante, capaz de produzir imagens de fatias transversais (cortes) de qualquer parte do corpo humano, com alta resolução, sendo clinicamente indicado para exames de cabeça, coluna, gastrointestinal e vascular, o investimento da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais no referido equipamento tem como objetivo cobrir vazios



assistenciais e modernizar o parque tecnológico dos hospitais para ampliação da assistência, melhoria da qualidade e resolubilidade dos hospitais da rede SUS/MG; e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 46ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05 de novembro de 2021.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica autorizado o repasse de recursos financeiros de investimento destinados à aquisição de equipamentos para exame de tomografia computadorizada para fortalecimento das ações assistenciais de saúde do estado de Minas Gerais, no âmbito da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO
DE 2021 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros de investimento destinados à aquisição de equipamentos para exame de tomografia computadorizada para fortalecimento das ações assistenciais de saúde do estado de Minas Gerais, no âmbito da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e



- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 05 de novembro de 2021, que autoriza o repasse de recursos financeiros de investimento destinados à aquisição de equipamentos para exame de tomografia computadorizada para fortalecimento das ações assistenciais de saúde do estado de Minas Gerais, no âmbito da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispor o repasse de recursos financeiros de investimento destinados à aquisição de equipamentos para exame de tomografia computadorizada para fortalecimento das ações assistenciais de saúde do estado de Minas Gerais, no âmbito da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas.

Art. 2º - Fazem jus ao recurso de que trata esta Resolução Instituições que compõe a nova Política Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas, módulo Valor em Saúde.

Parágrafo único - O repasse do incentivo se dará de duas formas, sendo elas:

I – instituições que compõe a nova Política Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas que estão localizadas em microrregiões e macrorregiões de saúde que possuam vazio assistencial, conforme critérios estabelecidos na Portaria 1.631/2015; e

II – instituições que compõe a nova Política Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas que já possuem equipamentos para exame de tomografia computadorizada com mais de 7 (sete) anos de uso ou que possuem o serviço terceirizado, conforme diagnóstico realizado juntos as Unidades Regionais de Saúde, a fim de modernizar os equipamentos já existentes ou viabilizar serviço de tomografia próprio.

Art. 3º - As instituições que estão localizadas em microrregiões e macrorregiões de saúde e que possuem vazio assistencial, elegíveis para recebimento dos recursos constam no Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único - Foram considerados como critérios de elegibilidade:



I - cumprir com os critérios de elegibilidade da Política de Atenção Hospitalar Valora Minas, no Módulo Valor em Saúde – referência Estadual, macrorregional ou microrregional;

II - estar localizado preferencialmente no polo de micro;

III - ter leitos de UTI adulto; e

IV - estar localizado em microrregião com mais de 100 mil habitantes ou atender municípios além da microrregião de abrangência que somem mais de 100 mil habitantes beneficiados com o equipamento.

Art. 4º – As Instituições elegíveis que já possuem equipamentos para exame de tomografia computadorizada com mais de 7 (sete) anos de uso ou que possuem o serviço terceirizado conforme descrito no Art 2º, estão dispostas no Anexo II desta Resolução.

Art. 5º - Os beneficiários poderão adquirir apenas equipamento para exame de tomografia computadorizada, em conformidade com a especificação descrita no Anexo III desta Resolução.

§ 1º - Os equipamentos adquiridos com os recursos de que trata esta Resolução deverão ser instalados obrigatoriamente na Instituição Hospitalar elegível.

§ 2º - Os equipamentos adquiridos com os recursos desta Resolução deverão ser utilizados prioritariamente para o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 3º - Caso o custo para aquisição dos equipamentos seja superior ao montante dos recursos financeiros transferidos pela SES/MG, a respectiva diferença no valor poderá ser custeada pelo próprio beneficiário ou pelos gestores municipais.

Art. 6º - A execução dos recursos deverá ser precedida de processo licitatório, ou de adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos, conforme previsão do artigo 17 do Decreto Estadual nº. 45.468/2010.



Art. 7º - Os beneficiários elegíveis para recebimento do incentivo financeiro devem apresentar Declaração do Gestor Municipal, conforme modelo disposto no Anexo IV desta Resolução.

Parágrafo único - Caso a Instituição não tenha estrutura física mínima, deverá informar na declaração em quanto tempo a estrutura física mínima estará pronta e apta a receber o equipamento.

Art. 8º - O valor a ser repassado por equipamento de exame de tomografia computadorizada é de R\$ 1.540.261,00 reais (um milhão, quinhentos e quarenta mil, duzentos e sessenta e um reais), conforme tabela RENEM 2021 e especificação mínima constante no Anexo III.

Art. 9º - O valor desta Resolução será de R\$ 160.187.144,00 (cento e sessenta milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais) a ser repassado nas dotações orçamentárias nºs 4291.10.302.157.4457.0001 - 444142 - 10.1 e 4291.10.302.157.4457.0001 - 445042 - 10.1.

Art. 10 – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários após a formalização de instrumento de repasse no SiG-RES (Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

§ 1º - Os instrumentos de repasse deverão ser assinados no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período, por ato do Secretário de Estado de Saúde.

§ 2º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.



Art. 11 - O indicador e a meta a ser monitorado está discriminado no Anexo V desta Resolução, observado o disposto no Decreto Estadual nº 45.468/2010, e na Resolução SES/MG nº 7.094 de abril de 2020.

Art. 12 - O município contemplado terá até 24 (vinte e quatro) meses para a compra do equipamento após efetivo depósito do recurso em conta bancária específica.

Art. 13 – Os procedimentos para a verificação da adequada execução financeira observarão o disposto no Decreto Estadual nº 45.468/2010, e na Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014.

Parágrafo único – Os beneficiários deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no Sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos dos normativos vigentes.

Art. 14 – Sem prejuízo da prestação de contas final, anualmente, os beneficiários do incentivo financeiro previsto nesta Resolução deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas relativas ao ano anterior no sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos prazos estabelecidos nos Regulamentos vigentes, bem como apresentar Relatório de Gestão no prazo estipulado pelo Ministério da Saúde.

Art. 15 – A não apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação no prazo estipulado, ou a sua não aprovação ensejará a adoção, pela SES/MG, das medidas previstas no artigo 26 do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010.

Art. 16 – A não comprovação da aquisição do equipamento por meio de envio de Nota Fiscal para SES/SUBPAS-SRAS/DAHUE após 24 meses do efetivo depósito do recurso em conta bancária específica acarreta a devolução total do recurso para a SES/MG por meio de emissão de DAE.



Art. 17 - Fica assegurado à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial e aos órgãos de controle externo da Administração Pública o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da aplicação dos recursos desta Resolução, bem como a fiscalização in loco para averiguar a destinação dos bens adquiridos.

Art. 18 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, de novembro de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I, II, III, IV E V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO
DE 2021 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Beneficiários – vazios assistenciais

N	Hospital	Município	Macrorregião	Quantidade de equipamentos
1.	Santa Casa	Juiz de Fora	Sudeste	1
2.	Hospital São Vicente de Paulo de Ubá	Ubá	Sudeste	1
3.	Santa Casa	Araguari	Triângulo do Norte	1
4.	Hospital Bom Samaritano	Teófilo Otoni	Nordeste	1
5.	Hospital São Vicente de Paulo	Aracuaí	Jequitinhonha	1
6.	Hospital São Vicente de Paulo	Capelinha	Jequitinhonha	1
7.	Hospital Deraldo Guimarães	Almenara	Nordeste	1
8.	Santa Casa	Barbacena	Centro Sul	1
9.	Hospital Regional	Guanhães	Centro	1
10.	Hospital Vale do Jequitinhonha	Itaobim	Nordeste	1
11.	Hospital São José	Ituiutaba	Triângulo do Norte	1
12.	Hospital César Leite	Manhuaçu	Leste do Sul	1
13.	Hospital Eduardo Azeredo	Nanuque	Nordeste	1
14.	Hospital Lindouro Avelar	Lagoa Santa	Centro	1
15.	Hospital Municipal	Unaí	Noroeste	1
16.	Hospital N.S. Auxiliadora	Caratinga	Vale do Aço	1
17.	Hospital Municipal de Bocaiúva	Bocaiúva	Norte	1
18.	Hospital Municipal Dr. Oswaldo Prediliano Santana	Salinas	Norte	1
19.	Hospital Municipal	Januária	Norte	1
20.	FUNDAJAN	Janaúba	Norte	1
21.	Hospital Vaz Monteiro	Lavras	Sul	1
22.	Hospital Evangélico	Mantena	Leste	1
23.	Hospital São José - Fundação São Vicente de Paula	Nova Serrana	Oeste	1
24.	Hospital Regional São Sebastião	Santo Antonio do Amparo	Oeste	1

MINUTA CIB



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Beneficiários – modernização do equipamento ou viabilização de serviço próprio de tomografia

N	Instituição	Município	Macrorregião	Quantitativo de equipamentos
1.	HOSPITAL EVANGELICO DE BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	Centro	1
2.	COMPLEXO HOSPITALAR SAO FRANCISCO	Belo Horizonte	Centro	1
3.	HOSPITAL JOAO XXIII	Belo Horizonte	Centro	1
4.	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	Centro	1
5.	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNIV FED DE MINAS GERAIS EBSEH	Belo Horizonte	Centro	2
6.	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR FLAVIO DAMATO	Sete Lagoas	Centro	1
7.	NOVA LIMA HOSPITAL NOSSA SENHORA DE LOURDES	Nova Lima	Centro	1
8.	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO	Betim	Centro	2
9.	HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO	Curvelo	Centro	1
10.	ASSOCIACAO MARIO PENNA	Belo Horizonte	Centro	1
11.	HOSPITAL MARGARIDA	João Monlevade	Centro	1
12.	HOSPITAL SARAH BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	Centro	1
13.	HOSPITAL UNIVERSITARIO CIENCIAS MEDICAS	Belo Horizonte	Centro	1
14.	HOSPITAL IBIAPABA CEBAMS	Barbacena	Centro Sul	1
15.	HOSPITAL CASSIANO CAMPOLINA	Entre Rios de Minas	Centro Sul	1
16.	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI	São João Del Rei	Centro Sul	1
17.	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARBACENA	Barbacena	Centro Sul	1
18.	HOSPITAL REGIONAL DE BARBACENA DR JOSE AMERICO	Barbacena	Centro Sul	1
19.	HOSPITAL E MATERNIDADE VITAL BRAZIL	Timóteo	Vale do Aço	1



20.	HOSPITAL MUNICIPAL DE IPATINGA	Ipatinga	Vale do Aço	1
21.	HOSPITAL MARCIO CUNHA - II	Ipatinga	Vale do Aço	2
22.	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA	Viçosa	Leste do Sul	1
23.	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	Viçosa	Leste do Sul	1
24.	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	Ponte Nova	Leste do Sul	1
25.	HOSPITAL SAO SEBASTIAO DE RAUL SOARES	Raul Soares	Leste do Sul	1
26.	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO	Ponte Nova	Leste do Sul	1
27.	HOSPITAL SAO VICENTE TURMALINA	Turmalina	Jequitinhonha	1
28.	HOSPITAL SANTA ROSALIA	Teófilo Otoni	Nordeste	1
29.	HOSPITAL PHILADELFIA	Teófilo Otoni	Nordeste	1
30.	HOSPITAL PIO XII	São Gotardo	Noroeste	1
31.	HOSPITAL MUNICIPAL DE PARACATU	Paracatu	Noroeste	1
32.	HOSPITAL REGIONAL ANTONIO DIAS	Pato de Minas	Noroeste	1
33.	HOSPITAL MUNICIPAL SENHORA SANTANA	Brasília de Minas	Norte	2
34.	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE	Pirapora	Norte	1
35.	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS	Montes Claros	Norte	1
36.	HOSPITAL DILSON GODINHO	Montes Claros	Norte	1
37.	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA	Janaúba	Norte	1
38.	HOSPITAL MANOEL GONCALVES	Itaúna	Oeste	1
39.	SANTA CASA DR ZACARIAS	Dores do Indaiá	Oeste	1
40.	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA	Oliveira	Oeste	1
41.	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS	Divinópolis	Oeste	1
42.	SANTA CASA DE CAMPO BELO	Campo Belo	Oeste	1
43.	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	Pará de Minas	Oeste	1
44.	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA	Uberlândia	Triângulo do Norte	2
45.	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR ODELMO LEAO CARNEIRO	Uberlândia	Triângulo do Norte	1



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

46.	CLINICAS INTEGRADAS HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIO PALMERIO	Uberaba	Triângulo do Sul	1
47.	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM	Uberaba	Triângulo do Sul	1
48.	HOSPITAL SAO SALVADOR	Além Paraíba	Sudeste	1
49.	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS	Juiz de Fora	Sudeste	1
50.	HOSPITAL ANA NERY DE MINAS GERAIS	Juiz de Fora	Sudeste	1
51.	HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DR. MOZART GERALDO TEIXEIRA	Juiz de Fora	Sudeste	1
52.	HOSPITAL MARIA JOSÉ BAETA REIS ASCOMCER	Juiz de Fora	Sudeste	1
53.	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULA	Juiz de Fora	Sudeste	1
54.	INSTITUTO ONCOLOGICO	Juiz de Fora	Sudeste	1
55.	IBG SAUDE	Juiz de Fora	Sudeste	1
56.	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIV FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Juiz de Fora	Sudeste	1
57.	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA	Visconde do Rio Branco	Sudeste	1
58.	HOSPITAL SANTOS DUMONT	Santos Dumont	Sudeste	1
59.	HOSPITAL SAO JOAO	São João Nepomuceno	Sudeste	1
60.	CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO	Muriaé	Sudeste	1
61.	HOSPITAL PRONTOCOR DE MURIAE	Muriaé	Sudeste	1
62.	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS	Lavras	Sul	1
63.	HOSPITAL DAS CLIN SAMUEL LIBANIO POUSO ALEGRE	Pouso Alegre	Sul	1
64.	SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS	Poços de Caldas	Sul	1
65.	HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORACAO	Poços de Caldas	Sul	1
66.	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS	Três Pontas	Sul	1
67.	SANTA CASA DE PARAISO	São Sebastião do Paraíso	Sul	1
68.	SANTA CASA DE ALFENAS	Alfenas	Sul	1
69.	HOSPITAL UNIVERSITARIO ALZIRA VELANO	Alfenas	Sul	1



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

70.	HOSPITAL ESCOLA AISI ITAJUBA	Itajubá	Sul	1
71.	INSTITUTO SAO VICENTE DE PAULO	Cássia	Sul	1
72.	HOSPITAL CONEGO MONTE RASO	Baependi	Sul	1
73.	SANTA CASA DE ANDRADAS	Andradas	Sul	1
74.	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS	Passos	Sul	1
75.	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIUMHI	Piumhi	Sul	1
76.	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE	Guaxupé	Sul	1

MINUTA CIB



ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Especificações mínimas do tomógrafo

Tomógrafo de 16 canais

Tomógrafo computadorizado helicoidal de 16 cortes, com detector de estado sólido com, no mínimo, 16 fileiras físicas. Gantry com abertura mínima 70 cm, faixa de angulação física ou digital mínima de +/- 30°; Tempo de corte total em 360° de 0,8 segundos ou menor; Capacidade para aquisição helical contínua mínima de 100 segundos.

Conjunto tubo e gerador: Potência do gerador de, no mínimo, 32 KW; Capacidade térmica do anodo de no mínimo 3.5 MHU. Sistema de aquisição de dados: Aquisição Multislice de no mínimo 16 cortes simultâneos por rotação de 360°; Espessura de corte de 0,8 mm ou menor. Campo de visão variável entre 50 e 500 mm ou superior.

Console com capacidade de aquisição e reconstrução respectivamente, contendo 1 monitor de no mínimo 19 polegadas colorido, teclado e mouse. O sistema deve permitir manipulação, filmagem e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens. Software 3D, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX; Software Multiplanar em tempo real; Software Angiográfico; Sistema de subtração digital óssea; Software para visualização de imagens em tempo real. Reconstrução de imagens axiais em matriz 512x512.

Protocolo DICOM 3.0: Print, Storage SCU e MWM (Worklist). Mesa do paciente com peso suportável de, no mínimo, 200Kg.

Estação de Trabalho independente com configuração de Hardware da Estação de trabalho independente de no mínimo: Processador Intel Xeon Quad Core 2.4GHz (ou superior), 12 GB de memória RAM (ou superior), HD com capacidade mínima de 380 GB (ou superior), monitor



LCD de no mínimo 19 polegadas, gravador de CD-RW e DVD-RW, modem e placa de rede padrão Ethernet, placa de vídeo com no mínimo 512Mb de memória, teclado e mouse, sistema operacional compatível com o equipamento.

Softwares necessários na estação de trabalho: reconstrução multiplanar (MPR), MPR curvo e oblíquo, MIP, min-MIP, reconstrução tridimensional (3D) SSD e VR, remoção de ossos automática; Pacote vascular avançado para Angio CT - segmentação automática de vasos.

Acessórios: suporte de crânio, suporte de pernas, jogo de fantasmas para calibração. Estabilizador de tensão de rede (externo ou internamente ao tomógrafo) com potência compatível para todo o equipamento, não sendo suficiente somente para estabilizar a base computacional, no break para os computadores e demais acessórios necessários para o completo funcionamento do sistema.

Tomógrafo de 32 canais

Tomógrafo computadorizado helicoidal de 32 cortes, com detector de estado sólido com, no mínimo, 16 fileiras físicas. Gantry com abertura mínima 70 cm, faixa de angulação física ou digital mínima de +/- 30°; Tempo de corte total em 360° de 0,8 segundos ou menor; Capacidade para aquisição helical contínua mínima de 100 segundos.

Conjunto tubo e gerador: Potência do gerador de, no mínimo, 32 KW; Capacidade térmica do anodo de no mínimo 3.5 MHU. Sistema de aquisição de dados: Aquisição Multislice de no mínimo 16 cortes simultâneos por rotação de 360°; Espessura de corte de 0,8 mm ou menor. Campo de visão variável entre 50 e 500 mm ou superior.

Console com capacidade de aquisição e reconstrução respectivamente, contendo 1 monitor de no mínimo 19 polegadas colorido, teclado e mouse. O sistema deve permitir manipulação, filmagem e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens. Software 3D, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX; Software Multiplanar em tempo real; Software Angiográfico; Sistema de



subtração digital óssea; Software para visualização de imagens em tempo real. Reconstrução de imagens axiais em matriz 512x512.

Protocolo DICOM 3.0: Print, Storage SCU e MWM (Worklist). Mesa do paciente com peso suportável de, no mínimo, 200Kg.

Estação de Trabalho independente com configuração de Hardware da Estação de trabalho independente de no mínimo: Processador Intel Xeon Quad Core 2.4GHz (ou superior), 12 GB de memória RAM (ou superior), HD com capacidade mínima de 380 GB (ou superior), monitor LCD de no mínimo 19 polegadas, gravador de CD-RW e DVD-RW, modem e placa de rede padrão Ethernet, placa de vídeo com no mínimo 512Mb de memória, teclado e mouse, sistema operacional compatível com o equipamento.

Softwares necessários na estação de trabalho: reconstrução multiplanar (MPR), MPR curvo e oblíquo, MIP, min-MIP, reconstrução tridimensional (3D) SSD e VR, remoção de ossos automática; Pacote vascular avançado para Angio CT - segmentação automática de vasos.

Acessórios: suporte de crânio, suporte de pernas, jogo de fantasmas para calibração. Estabilizador de tensão de rede (externo ou internamente ao tomógrafo) com potência compatível para todo o equipamento, não sendo suficiente somente para estabilizar a base computacional, no break para os computadores e demais acessórios necessários para o completo funcionamento do sistema.

Observação: O equipamento a ser comprado deverá vir com manutenção técnica por pelo menos 4 anos, além daquela já garantida pelo fornecedor.



ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº _____, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Declaração do gestor municipal

Nome do gestor municipal de saúde:
Nome do município a ser beneficiado:
Nome da microrregião de abrangência:
População da microrregião de abrangência:
População da microrregião adicional quando for o caso:
Nome do estabelecimento no qual o tomógrafo será instalado:
Existência de estrutura física mínima, RH qualificado e que irá custear todas as despesas provenientes do uso do equipamento? () Sim () Não
Caso não haja estrutura mínima necessária, em quanto tempo a estrutura física mínima estará pronta e apta a receber o equipamento? _____

Declaro ainda que o equipamento atenderá o SUS em sua totalidade.

XXX, XXX de 2021.

Gestor Municipal de Saúde



ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG N° , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Indicador e meta

Indicador: Percentual de equipamento(s) adquirido(s) conforme especificação da resolução

Descrição: Percentual de equipamento(s) adquirido(s) conforme a especificação da resolução

Método de cálculo: $(N^{\circ} \text{ de equipamentos com comprovação da aquisição conforme a especificação da resolução no prazo estipulado} / N^{\circ} \text{ de equipamentos planejados para aquisição conforme especificação da Resolução}) * 100$

Fonte: Nota fiscal

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Meta: 100%

Número de períodos de monitoramento: 1(único)

Data inicial do monitoramento: ao final do prazo estabelecido para a execução do recurso.